

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**Perspectivas sobre o Quilombo da Penha/Quilombo do Padre, na Freguesia de Irajá, RJ (1880-1900).**

Flávia Patrocínio de Paula

Mestranda em História Comparada pelo PPGHC-UFRJ

## INTRODUÇÃO

Durante os processos da pesquisa para construção do meu trabalho de conclusão de curso do bacharelado em história<sup>1</sup>, me deparei com uma notícia que vem sendo replicada em sites e também em trabalhos acadêmicos, que falam sobre a existência de um quilombo na Penha durante os anos finais da escravidão<sup>2</sup>. Localizado nas terras pertencentes ao padre Ricardo da Silva - capelão da Irmandade de N. S. da Penha de França - que ficavam no Arraial da Penha, o quilombo teria sido criado pelo religioso para abrigar cativos fugidos que vinham da Corte. Pensar na possibilidade de ter existido um quilombo nas terras que - hoje – compõem o bairro, nos gerou grandes expectativas. Porém, a falta de menção sobre esse possível quilombo na historiografia<sup>3</sup> que ao longo de décadas se dedicam aos estudos da escravidão, dos quilombos e quilombolas, nos fez questionar a existência desse espaço de acoutamento e se a sua organização poderia ser entendida como um quilombo.

---

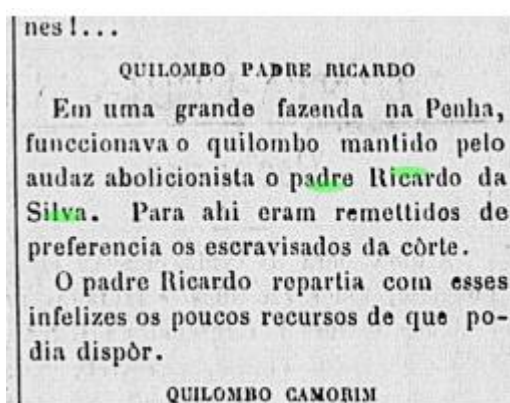
<sup>1</sup> PATROCÍNIO, Flávia: Entre trilhos e terras: as transformações e desenvolvimento do Arraial da Penha, Freguesia de Irajá, durante as últimas décadas do século XIX. Monografia apresentada para conclusão do Bacharelado em História pela UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

<sup>2</sup> Sobre os trabalhos acadêmicos ver: FONTENELLE, Deborah da Costa. Quilombos, abolicionismo e a cidade: Política e simbolismo na inserção do quilombo do Leblon na dinâmica urbana do Rio de Janeiro do final do século XIX. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. SILVA, Eduardo. As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Artigos em sites, ver: JOSÉ. Fernando. “Complexo da Penha: como tudo começou”. Voz das Comunidades, Rio de Janeiro, 23. De ago. 2017. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/comunidades/complexo-da-penha/complexo-da-penha-como-tudo-comecou/> último acesso em 09/08/2021.

<sup>3</sup> Ver GOMES, Flávio dos Santos. História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. - ed.rev. E ampl. - São Paulo: Companhia das Letras, 2006. GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil/ Flávio dos Santos Gomes. - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015. KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850) /Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A notícia em questão foi publicada em julho de 1889 (ed.153, p.2) pelo jornal Cidade do Rio, de José do Patrocínio, um dos líderes do Movimento Abolicionista que agitou a Corte e mobilizou diversas pessoas - entre religiosos, artistas, políticos, comerciantes e jornalistas - em apoio ao fim da escravidão no Brasil durante as últimas três décadas do século XIX. A matéria intitulada de “Movimento Abolicionista” havia sido organizada para comemorar o primeiro ano da sanção da Lei Áurea e os líderes do Movimento Abolicionista, apresentando anotações de abolicionistas cariocas sobre os espaços de abrigo e as rotas de fuga que fizeram parte do movimento. Sobre o quilombo da Penha, a notícia dizia o seguinte:



(Cidade do Rio – RJ – “Movimento Abolicionista”, ano 1889, ed. 153 p.2)

Essa é a notícia mais detalhada que encontramos até o momento sobre o quilombo do Padre/quilombo da Penha. Ela nos serviu como pontapé inicial para buscarmos entender um pouco mais sobre o que era o Arraial da Penha durante as décadas finais do século XIX e como este possível quilombo estava inserido no território. Quais eram os impactos que a presença de uma comunidade de cativos fugitivos trouxe para o local durante o fim do século XIX e o início do XX? Quais as relações e como foram estabelecidas por eles com o território e as pessoas que viviam ali? Seria o quilombo do Padre uma espaço pré-existente a chegada do capelão que foi potencializado ao ser “apadrinhado” por ele ou realmente um espaço formado após a sua presença na região?

Muitas são as perguntas que nos fazemos sobre o quilombo, a sua existência, composição e relação com o território da Penha. Nesta comunicação apresentaremos parte dos resultados do nosso trabalho desenvolvido em minha monografia sobre o Arraial da Penha e alguns aspectos

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da pesquisa que estamos iniciando como parte da minha dissertação de mestrado pelo Programa de História Comparada da UFRJ que se debruçará sobre a existência do quilombo e a formação - em sua perspectiva histórica - no início do século XX do território que hoje integra o Complexo de Favelas da Penha.

## **CONTEXTO: O Arraial da Penha, o Padre e a Companhia Agrícola.**

O Arraial da Penha era parte da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá ou simplesmente Freguesia de Irajá. Freguesia rural localizada na periferia da Corte e que, em meados do século XIX, fazia fronteira com as freguesias de Inhaúma, Campo Grande e Jacarepaguá. A Penha ficava especificamente entre as freguesias de Irajá e Inhaúma, com uma parte de seu território voltado para as águas da Baía de Guanabara. Apesar de fazer parte da administração de Irajá, em termos espaciais, a Penha apresentava certa aproximação com as terras correspondente à Inhaúma<sup>4</sup>. Por essa questão, muitas notícias relacionavam o arraial com à freguesia de Inhaúma, demonstrando como estavam ligadas para além das fronteiras administrativas.

Inserido em um território rural e relativamente próximo à Corte, o território que compunha o Arraial da Penha contava com algumas fazendas, chácaras e engenhos, olarias, terras de pequenos e grandes lavradores, empreendimentos de comércio localizados principalmente no Largo da Penha e nas extremidades da Estrada da Penha, o colégio dos romeiros – que foi inaugurado pelo Padre Ricardo assim que assumiu como capelão da Irmandade – a capela da Penha, o cais da fazenda Grande e o porto de Maria Angu. Como podemos ver no mapa a seguir, o Porto, a Estrada da Penha – principal via terrestre que fazia a ligação da Penha com o Largo do Pedregulho, onde estava localizado a estação terminal dos bondes da Companhia Rio de Janeiro Street Railway (Companhia de São Cristóvão) que iam até a Corte – e a Capela eram as principais referências utilizadas nos mapas para demonstrar o território correspondente ao Arraial.

---

<sup>4</sup> Ver Gazeta de Notícias, ano 1882, ed. 145 p.2.

O Paiz, ano 1887, ed. 1162 p.3.

O Paiz, ano 1887, ed. 1165 p.2.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Arquivo retirado do diretório da Biblioteca Nacional.

De acordo com o geógrafo Mauricio de Abreu, a partir da segunda metade do século XIX as regiões do subúrbio da Corte passaram a se desenvolver em ritmo acelerado devido a implementação e expansão das linhas férreas, enquanto as linhas de bondes de burro foram implementadas para atender as freguesias da zona sul e algumas da zona norte da cidade. O arraial da Penha, em específico, teve o seu desenvolvimento acelerado por alguns fatores, dentre eles a inauguração da Estrada de Ferro do Norte ou Leopoldina Railway. Sobre essa linha férrea e seu papel indutor nos subúrbios, Mauricio de Abreu diz o seguinte:

Embora atravessando terras mais baixas, sujeitas a inundações periódicas, próximas que estavam da orla da baía de Guanabara, a Rio de Janeiro Northern Railway Company, também chamada Estrada do Norte (futura Leopoldina Railway), teve papel indutor muito mais importante que a Rio D'Ouro. Sua primeira linha, inaugurada a 23/04/1886, entre São Francisco Xavier e Mirity (atual Duque de Caxias), interligou uma série de núcleos semi-urbanos preexistentes, (como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral) que, devido à grande acessibilidade ao centro proporcionada agora pela ferrovia, passaram então a se desenvolver em ritmo bastante acelerado. (ABREU, 2013, p. 53)

Antes de tecermos sobre a importância da Linha férrea da Estrada do Norte para o desenvolvimento da economia do arraial em conjunto com a Companhia Agrícola, criada pelo padre Ricardo, que promovia a realização de feiras rurais e o desenvolvimento da agricultura do arraial e da freguesia de Irajá, precisamos trazer algumas informações sobre a chegada do

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Padre Ricardo da Silva, que assume como capelão da Irmandade de N. S da Penha de França em janeiro de 1882<sup>5</sup>, operando significativas mudanças no território. Na tentativa de contribuir com o desenvolvimento local, o padre assim que chegou ao arraial somou ao coro dos moradores que enviavam recorrentes pedidos de melhorias locais aos jornais, como: pavimentações da Estrada da Penha, iluminação e novos meios de transporte para o transporte de mercadorias até a Corte; e fazia esses pedidos direto aos parlamentares da Câmara municipal. Por esse motivo e, principalmente quando as solicitações eram atendidas, os moradores da Penha tratavam o padre como um benfeitor local em agradecimentos que eram enviados imprensa. Até mesmo os avisos e anúncios paroquiais publicados semanalmente nos jornais da Corte, tratavam o capelão por adjetivos como: “inteligente” e “erudito” padre, o que pode nos demonstrar que a admiração pelo recém-chegado também era compartilhada pela igreja. Diversos eram os convites que o padre Ricardo recebia para celebrar missas e comemorações religiosas em outras paróquias, estendendo laços não só entre os fiéis e moradores da Penha, mas também de outras imediações das freguesias rurais. Com toda a sua atuação em prol do desenvolvimento da Penha, que de acordo com as nossas leituras das notícias presentes nos jornais se concentravam em melhoramentos na infraestrutura do arraial e no desenvolvimento da economia local, imaginamos que o padre não estaria livre dos olhares e dos conflitos que poderiam ser despertados entre os grupos de pessoas que disputavam o poder e controle da região. Em uma carta publicada no Gazeta de Notícias no ano de 1886<sup>6</sup>, apenas quatro anos após a sua chegada, Francisco José Lobo Jr. e Antônio Alves Peixoto reclamavam das injúrias que o padre havia professado contra eles em uma taverna na Penha. Os dois eram residentes e donos de terras na região da Penha - sendo Peixoto alguém que mais tarde integraria a comissão rural da freguesia de Irajá junto ao padre - e o motivo das injúrias não foi exposto, mas na carta eles fizeram questão de salientar que o padre já era uma figura conhecida dos tribunais e da justiça. Se houve uma réplica do padre a essa carta, não encontramos entre os periódicos consultados até o presente momento. Sobre a relação do padre com o Quilombo da Penha, a notícia faz menção de que os escravizados eram abrigados em uma fazenda na Penha que seria de posse do padre. Encontramos notícias sobre terras e prédios

---

<sup>5</sup> Gazeta de Notícias, “Irmandade de N. S. da Penha”, 19 de janeiro de 1882. Ed. 20, p. 4

<sup>6</sup> Gazeta de Notícias, “Penha”, 11 de jan. 1886. Ed. 13, p. 3

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pertencentes ao padre que estavam localizados nas imediações do Largo da Penha e sabemos que ele possuía terras, mas ainda não localizamos em quais das terras especificamente esse quilombo foi mantido. Saber o local específico do quilombo é uma questão importante para o nosso trabalho pois nos ajudará a entender mais sobre a presença de uma população negra em fuga na região, para além daqueles escravizados e escravizadas que atuavam em fazendas e engenhos. Acreditamos que será possível entender a relação deles com as terras locais, se trabalhavam, se tinham lavouras próprias, e suas permanências e deslocamentos dentro da região ao longo do século XX.

O território correspondente ao arraial também contava com a Fazenda Grande da Penha, a fazenda de maior destaque da região do Arraial. No século XVII ela pertencia ao capitão Baltazar Abreu Cardoso. O capitão é conhecido como um dos primeiros residentes e dono de terras da Penha no século XVII, e segundo as narrativas oficiais da Irmandade<sup>7</sup>, ele doou suas terras para fundação da igreja após presenciar um milagre realizado por N.S. da Penha de França. Daí que surge o nome da Penha, que passa a ser conhecida pelos fiéis que iam ao Arraial (de N. S.) da Penha para rezar para a Santa. No período entre 1880 e 90, parte das terras da Fazenda Grande da Penha eram de posse do governo, passando a ser propriedade de Carlos Custódio Nunes já na virada da década de 1890 para o século XX. Foi em parte das terras da Fazenda que o sr. Custódio construiu o Matadouro da Penha, que durante parte do século XX não só contribuiu para o abastecimento da Corte, como também para a geração de empregos na região da Penha.

Foi ainda no contexto da segunda metade do século XIX, quando o declínio da mão de obra escrava começou a se acentuar e ganhar forças para que chegassem legalmente ao fim, gerando uma crise a ser tratada pelo governo, que a escravidão ocupou o centro de debates inflamados na esfera parlamentar<sup>8</sup>. A busca por mãos de obra que tocassem o trabalho e a necessidade de evitar a decadência da lavoura, fez com que o Ministério da Agricultura promovesse em 1878, um Congresso Agrícola com representantes das províncias, para que eles apontassem caminhos que pudessem contribuir para a solução da crise. Segundo notícias dos periódicos da cidade, como resultado, o Congresso não apresentou grandes avanços em termos de solução para o

---

<sup>7</sup> Sobre a história da Irmandade, ver artigo disponível em: Acessado em 05 de novembro de 2019.

<sup>8</sup> Ver AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Bem, 1987.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

problema. As particularidades das lavouras de cada região foram apresentadas e defendidas por seus representantes como as questões mais urgentes a serem tratadas. A questão servil permaneceu como algo a ser resolvido pelo governo, com a cobrança de que o mesmo promovesse uma indicação de mão de obra que fosse barata. Com as questões ainda não resolvidas ao fim do Congresso, dez anos depois da primeira tentativa, já em 1888, o Ministério da Agricultura organizou um novo Congresso<sup>9</sup>, dessa vez reunindo somente os principais lavradores da Província do Rio de Janeiro.

Realizado na Câmara Municipal em junho/1888, o Congresso teve como representantes da freguesia de Irajá, nomes como do Doutor Ennes de Souza e o Padre Ricardo da Silva, capelão da Irmandade de N.S. da Penha. Durante sua participação, o Padre Ricardo defendeu a ideia de que era preciso criar novos mercados e feiras para comercialização dos produtos da lavoura. Para efetivação de sua proposta, logo após o encerramento do evento o padre enviou à Câmara um projeto para criação de uma feira rural na Freguesia de Irajá. O projeto para criação da feira foi aprovado em uma sessão da Câmara que contou com a presença de José do Patrocínio, parlamentar e reconhecido líder do movimento abolicionista da Corte, que em alguns poucos anos depois demonstraria publicamente grande apreço pelo padre Ricardo e seu companheirismo na luta do movimento em prol da abolição.

A feira da Penha acontecia duas vezes ao mês e destinava-se a organizar a venda de animais, alimentos e produtos que eram produzidos por pequenos lavradores locais e de toda a Freguesia de Irajá. Uma de suas propostas era alavancar a venda dos produtores rurais locais, do comércio e da produção industrial da região, contribuindo com o movimento chamado pelo Ministério da Agricultura para reavivamento da Lavoura. Para que a criação da feira fosse possível, o padre Ricardo ofereceu como doação um de seus terrenos, que ficava localizado próximo ao largo da Penha, junto à estação de trem da Estrada do Norte<sup>10</sup>. A proposta de doação feita pelo padre foi tratada pelos periódicos com louvor e menções as inúmeras benfeitorias que o sacristão fazia para a Freguesia de Irajá, e em especial ao povoado da Penha.

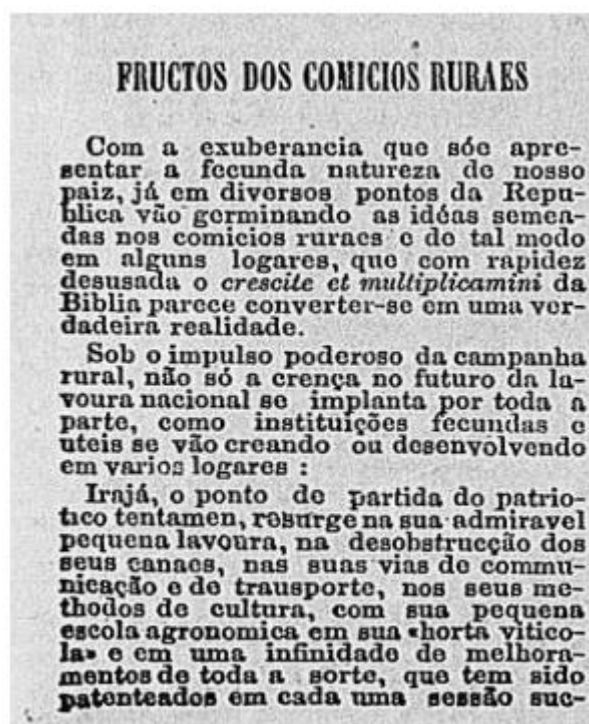
---

<sup>9</sup> Sobre o Congresso de 1878 e edição de 1888 ver as seguintes notícias: *Gazeta e Notícias*, Rio de Janeiro, "Programa do Congresso Agrícola", 16/6/1878, ed. 164 p.1; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, "O Congresso Agrícola...", 20/6/1888, ed.1103, p.1; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, "Illma Câmara Municipal: A festa do Trabalho", 22/6/1888, ed. 1105, p. 1;

<sup>10</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, "Uma Obra Útil", 4/7/1888, ed. 149, p.3.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A localização do terreno era estratégica e favorável para a realização da Feira, pois estava próxima à Estação da linha férrea e com isso promovia uma maior viabilidade tanto para o manuseio dos produtos e produtores, quanto para a atração do público freguês de outras regiões. A inauguração da Feira Rural na Penha ocorreu em janeiro de 1889, mas os resultados obtidos inicialmente não foram conforme o esperado. A falta de experiência da comitiva local para selecionar e organizar os produtos e os expositores, foi um dos fatores que pesou nas vendas. Para que isso não se repetisse e a feira fosse melhor planejada, foi organizado um comício rural que seria presidido por Antônio Ennes de Souza - que em 1897 se tornaria um dos fundadores e o primeiro presidente da Sociedade Nacional de Agricultura - e que funcionava como uma reunião geral para ajustes e manutenção da feira e da lavoura de toda a freguesia. Nos comícios, os lavradores locais apresentavam suas questões envolvendo diversos assuntos, como planos de melhorias nos transportes que atravessavam a freguesia, necessidade de melhoramentos na infraestrutura dos povoados, eleições de representantes da comissão rural, e quaisquer outras questões que envolvessem a região ou a lavoura. A organização e atuação da comissão rural de Irajá foi crescendo e ganhando destaque entre as freguesias rurais vizinhas, como também na Corte e em outras províncias.



(Diário do Commercio (RJ), edição 00776, 21/01/1891)

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na notícia publicada no Jornal Diário do Commercio, é possível perceber como a comissão rural da Freguesia de Irajá era tratada como exemplo de ponto de partida do movimento para reerguer a lavoura. A Escola Rural foi construída em terras cedidas por Antônio Cordovil Siqueira de Mello, na região que hoje representa o bairro de Cordovil, em 1890. A escola era um importante local de aprendizagem para os lavradores, mas também de manutenção e preservação da agricultura local. Era apresentada como uma referência de aprendizagem e aperfeiçoamento para os lavradores de outras freguesias em alguns discursos de lavradores durante os comícios rurais. O primeiro ano da feira foi marcado por uma relação comercial com a Corte muito lucrativa. Relatórios mensais divulgados no Jornal do Commercio ao longo de 1889, apresentavam os valores recolhidos nas relações comerciais das freguesias rurais com a Corte, apontando o crescimento da pequena lavoura da feira da Penha<sup>11</sup>. O impacto disso nas lógicas comerciais que giravam na Penha também é outro fator bastante significativo. Nos primeiros anos de grande desempenho da Feira Rural, o Arraial da Penha, em particular, passava a ser tratado pelas notícias como um grande e importante lugar. Com o desenvolvimento e as novas demandas, grande parte do comércio, das indústrias locais que estavam surgindo e das lavouras, passariam a ser impulsionadas e também administradas pela Companhia Agrícola de Viação, Constructora e Industrial de Inhaúma e Irajá<sup>12</sup>, que foi criada em 1890. A Companhia surge como mais um braço da comissão rural, e tinha entre seus fundadores proprietários o padre Ricardo da Silva, Joaquim Tavares Guerra, José Bastos Ribeiro de Freitas, além do Banco Construtor do Brasil. A Cia Agrícola não só passou a concentrar a administração das relações comerciais das freguesias de Irajá, Inhaúma e da Ilha do Governador, como também promoveu incentivos ao seu povoamento e crescimento industrial. Eram os diretores da Companhia que organizavam a disponibilização de terras livres para novos cultivos e buscavam atrair residentes do inflado centro da Corte para o Arraial da Penha e outras regiões do subúrbio. Na verdade, a companhia passou a atuar como uma espécie de proprietária e gestora de toda a região, em uma tentativa de controlar as lógicas comerciais e de povoamento de acordo com seus interesses e investimentos.

---

<sup>11</sup> Ver Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, "Commercio", 02 de fev. 1889, ed.34 p.6. Id., 1889, ed.62 p.6. Id., 1889, ed.183 p.4. Id., 1889, ed.214 p.6. Id., 1889, ed.245 p.4.

<sup>12</sup> Ver Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 15 de jan. 1891, ed.2026 p.6.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ainda acompanhando os tempos frutíferos das últimas décadas do século XIX para as regiões do subúrbio, foi inaugurado na Penha, em 1890, o Prado do Sport Steeple-Chase Rural Club, que funcionava como um local recreativo para corridas de animais. O clube atraía um público que frequentava outros prados espalhados pela Corte, além dos moradores da Penha e redondezas, criando na região uma nova forma de recreação e divertimento. Para que os convidados e apostadores de outras localidades pudessem chegar até a Penha, a diretoria do Clube Rural em conjunto com a administração dos trens, disponibilizava um ramal e horário especial que partia de São Francisco Xavier para a Penha. Os horários eram disponibilizados em notícias veiculadas nos periódicos da Corte e traziam detalhes do planejamento ferroviário para que o público se deslocasse até o Arraial da Penha, assim como ocorria em dias de festejos na Basílica da Penha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Em meio a todo esse cenário de desenvolvimento, tanto em termos econômicos, com a implantação da Feira Rural e da Companhia Agrícola, quanto em termos de infraestrutura, com a implementação da Estrada de Ferro do Norte e as melhorias realizadas nos acessos ao arraial, o quilombo da Penha ainda não foi possível de ser compreendido em sua organização e existência.

De volta a notícia do periódico abolicionista de José do Patrocínio, ela conta que “*para ali eram remetidos de preferência os escravizados da corte*”. A proximidade entre o arraial da Penha com a Corte, que foi potencializada a cada nova melhoria que era realizada no arraial, pode ter sido um importante fator para esta preferência. Mas gostaríamos de trazer aqui uma observação que pode contribuir para entender essa preferência de enviar para a Penha os escravizados da Corte e não de outras províncias ou regiões do Rio de Janeiro. Carlos Eugênio Líbano Soares em seu artigo sobre as casas de zungu (2006)<sup>13</sup>, aponta um movimento de migração desses espaços para regiões rurais durante o século XIX. Para Soares (2006, p.87) os integrantes dos zungus lançaram mão da migração como estratégia para fugir da repressão policial da Corte contra os zungus e os rituais religiosos que ocorriam nas casas e estavam tomando grandes proporções no período de revitalização do centro urbano. Com isto eles

---

<sup>13</sup> O Os Zungus eram espaços de alimentação, sociabilidade, moradia e de criação de redes de proteção para a população escravizada que vivia nos centros urbanos (SOARES, 2006).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

partiram para as freguesias rurais, que eram locais favoráveis para o estabelecimento de espaços que funcionariam como extensão desses zungus do centro. O fato de as freguesias suburbanas não serem tão povoadas e ainda abrigar significativa quantidade de terras disponíveis, favorecia não só a realização dos batuques religiosos sem despertar curiosos ou a polícia, como também possibilitavam a continuidade das redes de proteção aos cativos que estavam em fuga, sem perder o contato com a rede de proteção estabelecida nas freguesias centrais. Nesse sentido, nos questionamos sobre a hipótese do espaço apresentado pelo movimento abolicionista não se tratar exatamente de um quilombo, mas sim de uma casa de zungu ou um estabelecimento com uma estrutura semelhante aos zungus do centro urbano. O espaço poderia ser pré-existente a chegada do padre, mas que teria sido potencializado ao ganhar o apoio e proteção do capelão. O padre com a sua influência como capelão e aparente entusiasmo em trabalhar em prol da população pobre local, pode ter colaborado com insumos para que os escravizados que se refugiavam na região, pudessem trabalhar e se espalhar entre os pequenos lavradores locais. Ou até mesmo atuar como informante em caso de possíveis ataques da polícia ou dos proprietários da região. Possivelmente teria sido esse um dos motivos – ou o motivo - que gerou o atrito entre o padre e José Lobo Jr. e Antônio Peixoto. Outra possibilidade, é que o padre pode ter oferecido as suas terras para que esses escravizados oriundos da Corte, fugitivos ou não, montassem suas lavouras e passassem a viver entre os lavradores da região. De acordo com Soares (2006, p.87), a proibição contra os zungus no centro urbano da Corte, ocorreu em 1833, quase 50 anos antes da chegada do padre à Penha. Muitas são as possibilidades para a definição sobre que tipo de espaço era esse que a imprensa abolicionista chamou de “quilombo do padre”. Sabemos, graças aos estudos como do historiador Flávio Gomes, que existiram diversos quilombos nas freguesias rurais e suburbanas do Recôncavo da Guanabara. Segundo Gomes (2006, p.45) “No Recôncavo da Guanabara, ao longo do século XIX, existiu um complexo campo negro, no qual diversos personagens – destacando-se os quilombolas locais – procuraram encenar o enredo de sua vida.” Como campo negro, Gomes (2006, p.45) entende uma complexa rede social, composta por uma diversidade de aspectos, interesses e diferentes agentes históricos que se conectavam e compartilhavam os contextos dos mundos da escravidão. É possível que os termos que envolviam o acoutamento do padre aos escravizados fugitivos, quer fosse em espaços como as casas de zungu ou em estruturas parecidas com os quilombos, estivessem baseados nessa teia de interesses e trocas a

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

que Gomes chama de campo negro. As práticas do padre ao longo dos anos, passou de benfeitor que reivindicava intervenções urbanísticas na região, para entusiasta da modernização da lavoura local, proprietário de terras e da Companhia Agrícola que era a instituição que controlava boa parte do comércio, da lavoura e indústrias da freguesia de Irajá e Inhaúma. Pretendemos ao longo da pesquisa que está sendo desenvolvida para a construção da dissertação de mestrado, trazer as respostas para o que era esse quilombo e como ele se formou no território do Arraial da Penha e como ele impacta na formação do espaço ao longo do século XX.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Bem, 1987.

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. Doença e cativo: um estudo sobre mortalidade e sociabilidades escravas no Rio de Janeiro, 1809-1831. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FONTENELLE, Deborah da Costa. Quilombos, abolicionismo e a cidade: Política e simbolismo na inserção do quilombo do Leblon na dinâmica urbana do Rio de Janeiro do final do século XIX. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. : Garamond, 1999.

GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução: Maria Bethânia Amoroso. (Ed. De bolso). São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. - ed.rev. E ampl. - São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil/ Flávio dos Santos Gomes. - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015. KARASCH,

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850) /Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Rachel Gomes de. Senhores e Possuidores de Inhaúma: Propriedades, Famílias e Negócios da Terra no Rural Carioca “Oitocentista” (1830-1870). Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História. UFF, 2016.

MIYASAKA, Cristiane Regina. Viver nos Subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História. UNICAMP, 2008.

PATROCINIO, Flávia. Entre trilhos e terras: as transformações e desenvolvimento do Arraial da Penha, Freguesia de Irajá, durante as últimas décadas do século XIX.. Monografia apresentada para conclusão do curso de Bacharel em História pela UFRJ. 2020.

SILVA, Eduardo. As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SILVA, Rita de Cássia Ribeiro. Nos caminhos de Irajá: escravos e terras numa freguesia rural do Rio de Janeiro (1824-1860). Monografia defendida no Departamento de História e Economia. UFRRJ, 2010.